Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Serviço de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Setor de Divulgação

37/2010

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março estão disponíveis na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

AÇÃO CAUTELAR E MEDIDAS

Cabimento

MEDIDA CAUTELAR - LIDE PRINCIPAL JÁ JULGADA - PERDA DO OBJETO DA AÇÃO CAUTELAR - RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO À AÇÃO PRINCIPAL - A Medida Cautelar tem a finalidade de assegurar o resultado útil do provimento a ser concedido em processo principal, de molde a garantir sua execução. Assim sendo, o julgamento do processo principal acarreta a perda do objeto da medida cautelar nele incidente, impondo a extinção do processo sem julgamento do mérito. Medida Cautelar extinta sem julgamento do mérito (TRT/SP - 00086200900002006 - Caulnom - Ac. 5ªT [20100383925](#) - Rel. ANELIA LI CHUM - DOE 14/05/2010)

ACIDENTE DO TRABALHO E DOENÇA PROFISSIONAL

Indenização

RECURSO ORDINÁRIO - ACIDENTE LABORAL DE TERCEIRO. SEQUELAS PSICOLÓGICAS. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL. O reclamante insiste em obter indenização por sequelas psicológicas depressivas alegadamente resultantes do choque emocional sofrido ao ver o corpo de um colega de trabalho - manobrador de trem, como ele, e ao qual se ligava por laços de profunda amizade -, desfigurado em acidente fatal ocorrido durante o horário de trabalho em uma área de manobra ferroviária comum à reclamada e à COSIPA. Existem, nos autos, atestados médicos comprobatórios de que o reclamante padece de transtornos psiquiátricos, mas nenhuma comprovação técnica há quanto à ocorrência do imprescindível nexo de causalidade entre a enfermidade psíquica do autor e sua atividade rotineira na reclamada. Recurso desprovido. (TRT/SP - 01429200644202001 - RO - Ac. 4ªT [20100412437](#) - Rel. WILMA NOGUEIRA DE ARAUJO VAZ DA SILVA - DOE 21/05/2010)

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Indeferimento. Apelo.

AGRAVO DE INSTRUMENTO: DECLARAÇÃO DE POBREZA. GRATUIDADE DA JUSTIÇA: A declaração juntada com a inicial assegura ao obreiro o benefício da gratuidade da justiça, diante da disposição contida no artigo 790, parágrafo 3º, da CLT. Ademais, o pleito foi reiterado nas razões recursais, de modo que, a despeito do entendimento esposado pelo juízo de origem, deveria, por cautela, ter processado o recurso ordinário, a fim de possibilitar ao Tribunal manifestar-se quanto à matéria, até porque cabe ao juízo ad quem decidir, em caráter final, quanto ao conhecimento do recurso. Agravo de instrumento do reclamante ao qual se dá provimento. RECURSO ORDINÁRIO: DA RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DO TRABALHO. PRESCRIÇÃO APLICÁVEL. Considerando que os danos ora noticiados pelo autor são pessoais, com alegados prejuízos à sua integridade física e/ou psíquica, versando sobre um direito de personalidade constitucionalmente protegido, o prazo prescricional a ser considerado é o de 10 anos, nos moldes do art. 205 do Código Civil atual. Assim, afasta-se a prescrição e determina-se o retorno dos autos ao juízo de origem para que aprecie o pleito

indenizatório. Recurso ordinário do reclamante ao qual se dá provimento parcial. (TRT/SP - 01109200707602007 - AIRO - Ac. 4ªT [20100412445](#) - Rel. WILMA NOGUEIRA DE ARAUJO VAZ DA SILVA - DOE 21/05/2010)

CARTÃO PONTO OU LIVRO

Obrigatoriedade e efeitos

CARTÃO DE PONTO - INVARIABILIDADE DE MARCAÇÃO - EXPERIÊNCIA COMUM - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - A invariabilidade dos registros de horário (entrada e saída), durante todo o período do contrato de trabalho, torna inválido o documento por ser humanamente impossível essa espécie de regularidade, como ensina a experiência comum (art. 335 do CPC). Destarte, constituindo os cartões de ponto prova específica (art.74, parágrafo 2º da CLT), passa a ser do empregador o ônus da comprovação da inexistência de jornada suplementar alegada na inicial. Inteligência da Súmula 338, item III, do C. TST. (TRT/SP - 00782200804002000 - RO - Ac. 4ªT [20100417684](#) - Rel. IVANI CONTINI BRAMANTE - DOE 21/05/2010)

COISA JULGADA

Efeitos

AGRAVO DE INSTRUMENTO - ISENÇÃO DAS CUSTAS PROCESSUAIS: "Os benefícios da justiça gratuita são propiciados, neste Juízo Especializado, ao trabalhador que, em qualquer momento do procedimento judicial, declare seu estado de miserabilidade, nos termos da lei". Agravo de instrumento a que se dá provimento. COISA JULGADA - AÇÃO ANTERIOR EXTINTA SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO POR ILEGITIMIDADE DE PARTE: "Segundo previsão contida no 3.º do artigo 301 do CPC, há coisa julgada quando se repete ação já decidida por sentença de que não caiba recurso. Não obstante o artigo 469, in ciso III, do CPC, estabeleça como regra geral que não faz coisa julgada a apreciação de questão prejudicial decidida incidentalmente no processo, o artigo 470 do mesmo diploma legal prevê exceção ao estabelecer que essa apreciação seja admitida quando constituir pressuposto necessário ao julgamento da lide. Assim, extinta a ação anterior, porque a reclamada foi considerada parte ilegítima para figurar no polo passivo daquela ação, não pode o autor ajuizar nova reclamação trabalhista contra a mesma ré e com o mesmo objeto da anterior". Recurso ordinário a que se nega provimento. (TRT/SP - 01016200805102007 - AIRO - Ac. 11ªT [20100352353](#) - Rel. DORA VAZ TREVIÑO - DOE 18/05/2010)

CONCILIAÇÃO

Comissões de conciliação prévia

TRIBUNAL DE ARBITRAGEM. TRANSAÇÃO DE VERBAS TRABALHISTAS. Os direitos trabalhistas estão excepcionados pelo artigo 1º da Lei 9.307/96, que dispõe sobre a arbitragem. Acrescente-se, por oportuno, que a Constituição Federal, em seu artigo 114, parágrafo 2º, dispõe que a arbitragem é admitida no Direito Coletivo de Trabalho, nada constando, entretanto, em relação ao direito individual. Ademais, para validade da negociação no âmbito do Direito Individual do Trabalho, as demandas trabalhistas devem ser submetidas à Comissão de Conciliação Prévia (artigo 625-A e ss da CLT), composta por membros indicados tanto pelo empregador, quanto pelos empregados, de forma a garantir a paridade na representação, requisito não presente nos Tribunais de Arbitragem. Logo, a teor do quanto dispõe o artigo 9º da CLT, nenhum valor legal deve ser empreendido ao

termo de audiência lavrado perante o Núcleo de Arbitragem, servindo apenas como comprovante de pagamento da importância nele consignada. (TRT/SP - 01291200707402003 - RO - Ac. 2ªT [20100397144](#) - Rel. ODETTE SILVEIRA MORAES - DOE 14/05/2010)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano moral em geral

Dano moral. Revista íntima. Prática que repugna ao sentido de respeito à individualidade da pessoa, à intimidade, à discricção, à vergonha porque o padrão social não consagra a normalidade de se expor (nudez) a qualquer pessoa, mesmo que do mesmo sexo. A vistoria feita de forma institucional caracteriza uma invasão à intimidade, além de um permanente estado de desconfiança da honestidade alheia. Dano configurado. (TRT/SP - 01114200601402002 - RO - Ac. 6ªT [20100380390](#) - Rel. RAFAEL E. PUGLIESE RIBEIRO - DOE 14/05/2010)

HONORÁRIOS

Advogado

1. PRORROGAÇÃO DA HORA NOTURNA. INCIDÊNCIA DO ADICIONAL NOTURNO. A prorrogação da hora noturna, ocorrida quando a jornada de trabalho se estende após as 5h, enseja o pagamento do adicional noturno. As condições adversas de trabalho continuam existindo após as 5h, de forma até mais acentuada. Aplicação do art. 73 parágrafo 5o. da CLT e da Súmula 60, II do C. TST. 2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JUSTIÇA DO TRABALHO. CABIMENTO. Os Princípios do Acesso à Justiça, da ampla defesa e do contraditório (artigo 5o, incisos XXXV e LV da Constituição Federal) pressupõem a defesa técnica do trabalhador, por profissional qualificado, não sendo possível restringir o direito do mesmo em optar pela nomeação de advogado particular, nos termos do art. 133 da Carta Magna. Em que pese a inaplicabilidade do princípio da sucumbência e a possibilidade do jus postulandi no Processo do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios tem amparo no princípio da restituição integral, expresso nos artigos 389, 404 e 944 do Código Civil. Além disso, a Lei 10.288/2001 revogou o art. 14 da Lei 5584/70, não havendo óbice legal para a condenação em honorários advocatícios, nos casos em que o reclamante não estiver assistido pelo sindicato, nos termos da Lei 10.537/2002, que acrescentou o parágrafo 3º ao art. 790 da CLT.. (TRT/SP - 01317200705202006 - RO - Ac. 4ªT [20100417714](#) - Rel. IVANI CONTINI BRAMANTE - DOE 21/05/2010)

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INDENIZAÇÃO DOS ARTIGOS 389 E 404 DO CCB: "O deferimento da indenização prevista nos artigos 389 e 404 do Código Civil, na prática, equivale à condenação no pagamento de honorários advocatícios que, nesta Justiça Especializada, à exceção da previsão contida no artigo 5.º da Instrução Normativa n.º 27 do C. Tribunal Superior do Trabalho, somente é devido quando o trabalhador auferir salário inferior a duas vezes o salário mínimo e está assistido pelo órgão sindical". RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - TOMADOR DE SERVIÇOS. CULPA "IN ELIGENDO" E "IN VIGILANDO". INTELIGÊNCIA DA SÚMULA N.º 331, ITEM IV, DO C. TST: "Na hipótese de inadimplemento de encargos trabalhistas, por parte do fornecedor de mão-de-obra, o tomador de serviços é responsável, subsidiariamente, e não solidariamente, pela condenação, ainda que ausente qualquer ilegalidade na contratação. Aplicável o princípio das culpas in eligendo e in vigilando". Recurso ordinário do autor a que se nega

provimento. (TRT/SP - 00609200807202007 - RO - Ac. 11ªT [20100388021](#) - Rel. DORA VAZ TREVIÑO - DOE 18/05/2010)

HORAS EXTRAS

Apuração

Divisor para cálculo de horas. O divisor a ser utilizado decorre de uma relação matemática simples, que leva em conta o número de horas normais trabalhadas na semana e no mês. Se o empregado trabalha 44 horas semanais, o divisor será 220, se trabalha apenas quarenta, o divisor será 200, se trabalha 20, o divisor será 100. Qualquer disposição que não preserve tal relação é nula de pleno direito, não só porque reduzirá ou aumentará valores indevidamente, como também porque atenta contra conclusão que é puramente matemática, não jurídica. Recurso ordinário obreiro provido. (TRT/SP - 00797200604702001 - RO - Ac. 14ªT [20100408243](#) - Rel. DAVI FURTADO MEIRELLES - DOE 14/05/2010)

Configuração

1. GERENTE DE SEÇÃO. PODERES LIMITADOS. DIREITO ÀS HORAS EXTRAS. Açougueiro, com pomposo rótulo funcional de "gerente de seção", porém com poderes limitados, sem amplo destaque funcional, subordinado a gerente de área e gerente geral, e que recebe remuneração inexpressiva, não se equipara a chefe de departamento, para fins de exclusão à limitação de jornada. Inaplicável o inciso II, do art. 62, da CLT, incidindo, ao revés, o parágrafo único do mencionado diploma legal. Assim, merece provimento o recurso obreiro para deferir horas extras, em face da comprovação do trabalho excedente de oito horas diárias e 44 semanais. 2. INSALUBRIDADE. FRIO. EPI's INESPECÍFICOS. ADICIONAL DEVIDO. Apuradas as condições insalutíferas e constatado o não fornecimento de equipamentos de proteção individual específicos, mantendo o empregado, contato com o agente insalubre (frio), na sala de preparação de produtos perecíveis, deve ser mantida a decisão que, com apoio no laudo pericial, deferiu ao reclamante o adicional correspondente. (TRT/SP - 01116200838302002 - RO - Ac. 4ªT [20100403225](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 21/05/2010)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Periculosidade

PERICULOSIDADE. ARMAZENAMENTO IRREGULAR DE INFLAMÁVEIS. LOCAL PERIGOSO. PROXIMIDADE. ADICIONAL DEVIDO. O trabalho em local próximo de onde se encontram armazenados inflamáveis, de forma irregular, ao arrepio da NR-20, assegura a percepção do adicional de periculosidade, por se tratar de local perigoso, nos moldes estabelecidos pela Portaria Ministerial 3.214/78, NR-16, Anexo 2. A expressão contato foi utilizada pelo legislador não no sentido literal de tato ou toque físico com o inflamável, mas sim, de proximidade. Logo, a hipótese de incidência do adicional de periculosidade, decorre muito mais da proximidade do local ou agente dito perigoso, em função do seu risco, mesmo porque o tato ou toque com inflamáveis, em si, não causam necessariamente risco, e quando muito, agridem a saúde do trabalhador. Adicional devido. (TRT/SP - 00428200746202005 - RO - Ac. 4ªT [20100403241](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 21/05/2010)

MULTA

Multa do Artigo 477 da CLT

Multa do art. 477 da CLT. Atraso na quitação. Responsabilidade do empregador. Não evidenciada nos autos culpa do empregado pelo não recebimento das rescisórias, em especial sob alegação de não comparecimento do mesmo, devida a multa prevista no parágrafo 8º do art. 477 da CLT, considerando-se que o empregador dispõe de meios para evitar responsabilidade pela mora, como o depósito em conta corrente ou consignação em juízo dos valores devidos. Recurso Ordinário da reclamada não provido. (TRT/SP - 00256200844202006 - RO - Ac. 14ªT [20100408227](#) - Rel. DAVI FURTADO MEIRELLES - DOE 14/05/2010)

NORMA JURÍDICA

Inconstitucionalidade. Em geral

TURNOS ININTERRUPTOS. JORNADA AMPLIADA. AUSÊNCIA DE CONTRAPARTIDA. HORAS EXTRAS DEVIDAS. É certo que o inciso XIV do artigo 7º da Constituição Federal ressalva a possibilidade de negociação coletiva no tocante à jornada em turnos ininterruptos. Todavia isso não significa que a empresa possa pura e simplesmente aumentar a carga horária sem o pagamento das horas extras daí decorrentes, implantando trabalho sem salário, a pretexto da incidência do princípio da autonomia coletiva. Inexistente antinomia entre as normas constitucionais, sua interpretação deve ser feita de modo a estabelecer perfeita harmonia entre os valores pelos quais velam seus diversos dispositivos. O art. 7º, caput da Carta Magna elevou à hierarquia constitucional o princípio da prevalência da norma mais benéfica, autorizando apenas a alteração in melius, ou seja, que tenha em vista a "melhoria da condição social do trabalhador". Assim, mesmo quando negociadas sob a complacência da entidade de classe, são írritas as cláusulas coletivas que ensejam ampliação da jornada constitucional sem qualquer contraprestação ou contrapartida, sob pena de legitimar-se trabalho gratuito, em detrimento da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho, que são pilares da República (artigos 1º, incisos III e IV, 6º, 7º caput, e incisos, da Constituição Federal). Inaplicável na espécie, o padrão interpretativo consubstanciado na Súmula nº 423 do C. TST, estando a prática adotada pelo empregador em manifesto atrito com o princípio constitucional de irreducibilidade e o disposto nos arts. 444 e 458 da CLT, e 7º da Constituição Federal, caput e inciso XIV. (TRT/SP - 00013200825502008 - RO - Ac. 4ªT [20100403195](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 21/05/2010)

PRESCRIÇÃO

Aposentadoria. Gratificação ou complementação

RECURSO ORDINÁRIO. 1) ANUÊNIOS PREVISTOS EM NORMA COLETIVA. PRESCRIÇÃO APLICÁVEL. Tratando-se de verba oriunda de norma coletiva, inaplicável à hipótese a prescrição parcial prevista na Súmula nº 327 do C. TST, que se limita aos casos de diferenças de complementação de aposentadoria originária de norma regulamentar. 2) INTEGRAÇÃO DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO À COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. A ajuda-alimentação tem, como regra, autêntica natureza salarial, apenas excepcionada em casos específicos, como compensação aos participantes do PAT ou mediante norma coletiva explícita. Assim, a inscrição da reclamada no PAT afasta a natureza salarial da alimentação fornecida ao trabalhador, nos termos do art. 3º da Lei 6.321/76.

Recurso ordinário ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 01147200843202009 - RO - Ac. 4ªT [20100412275](#) - Rel. WILMA NOGUEIRA DE ARAUJO VAZ DA SILVA - DOE 21/05/2010)

Prazo

"RECURSO DA RECLAMANTE. Participação nos Lucros e Resultados. Prescrição. O MM. Juízo sentenciante indeferiu a pretensão sob o fundamento de que, por ter sido a reintegração da reclamante determinada após a alta médica, não teria ela direito ao recebimento da PLR. Todavia, entendo que a parcela está prescrita. A recorrente pretende o recebimento da PLR prevista na cláusula 4ª da Convenção Coletiva de 1999/2000, cujo pagamento deveria ter ocorrido em março de 2000. A demanda foi ajuizada em 13.08.2008, mais de oito anos após a data limite para pagamento da PLR. Na medida em que reconhecida a prescrição de parcelas vencidas anteriormente a 13.08.2003, a pretensão ao pagamento da PLR está prescrita. Mantenho a improcedência, ainda que por outro fundamento. Complementação salarial. Diferenças entre o benefício previdenciário e o salário fixo. Considerando-se que a prescrição parcial acolhida na sentença atingiu parcelas vencidas anteriormente a 13.08.2003, as complementações salariais dos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2003 não estão prescritas. Contudo, no mérito, as diferenças não são devidas. Os documentos indicam que o benefício previdenciário era ligeiramente superior ao salário fixo percebido pela empregada. O pagamento da complementação salarial exigia a prova da existência de diferenças entre o salário fixo e o benefício previdenciário, o que não foi demonstrado no caso vertente. Nego provimento. RECURSO DO RECLAMADO. Reembolso das despesas com o pagamento de plano de saúde. O recorrente alega que quitou o plano de saúde da ex-empregada no período compreendido entre a despedida e a determinação judicial de reintegração mas não produziu nenhuma prova nesse sentido. Nego provimento. Depósitos do FGTS. Auxílio doença acidentário. Cabia ao recorrente a prova de que continuou a efetuar os depósitos do FGTS mesmo após o desligamento da reclamante, juntando as guias de recolhimento de novembro de 2001 a 2006, mas nenhuma prova produziu nos autos. Mantenho." (TRT/SP - 01222200844602004 - RO - Ac. 10ªT [20100425520](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 20/05/2010)

Prescrição. Termo inicial. Prazos. Ação de indenização por dano moral e material decorrentes de acidente do trabalho/doença profissional. A regra de prescrição a ser aplicada em casos de indenização por acidente ou moléstia não é a do art. 7º, inciso XXIX da Constituição Federal, pois rege a contagem quanto aos créditos oriundos das relações de trabalho, devendo ser considerado estritamente, o que exclui indenização por acidente, que não é contraprestação pela execução contratual. Em se tratando de reparações de infortúnio, o termo inicial da contagem do prazo da prescrição é a partir da ciência inequívoca da lesão por parte do trabalhador (Súmula 278 do STJ, Súmula 230 do STF e art. 189 do Novo Código Civil). A lesão à integridade física (direito humano fundamental que integra o patrimônio jurídico da pessoa), se não imprescritível, tem, na sua reparação a aplicação mais ampla possível da Lei Civil. Observância dos princípios de proteção do hipossuficiente e da aplicação da lei mais favorável e benéfica. Proteção da dignidade da pessoa humana pela aplicação imediata dos direitos e garantias fundamentais (eficácia horizontal). Não se trata, portanto, de crédito trabalhista ou reparação civil strictu sensu, envolvendo dano patrimonial, mas relacionado com a pessoa humana, com prejuízos à saúde física ou psíquica do trabalhador, à sua dignidade, aos valores sociais do trabalho, estabelecidos na Constituição Federal,

deles não podendo se afastar o operador do direito. Considera-se o velho prazo de prescrição de 20 anos para os acidentes de trabalho ocorridos na vigência do Código Civil de 1916 (art. 177), com a observância da regra de direito intertemporal prevista no art. 2028 (Código Civil de 2003), ou 10 anos, aplicando-se o novo prazo reduzido de prescrição (regra geral do art. 205 do Código Civil de 2003), por não previsão de prazo específico, que começa a fluir, por inteiro, a contar da vigência do Novo Código. Recurso Ordinário provido. (TRT/SP - 01508200706002002 - RO - Ac. 14ªT [20100408251](#) - Rel. DAVI FURTADO MEIRELLES - DOE 14/05/2010)

PRESCRIÇÃO - CAUSAS SUSPENSIVAS - NECESSIDADE DE EXPRESSA PREVISÃO EM LEI: Somente a lei pode atribuir efeito suspensivo à prescrição em razão da ocorrência de determinado fato jurídico. Na ausência de texto expresso prevendo o benefício, o prazo para ajuizamento da ação tem curso normal. Não há previsão legal para se considerar suspensa a prescrição por conta da percepção do auxílio acidente ou aposentadoria por invalidez. Recurso ordinário não provido. (TRT/SP - 01186200726302007 - RO - Ac. 8ªT [20100405163](#) - Rel. ROVIRSO APARECIDO BOLDO - DOE 17/05/2010)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição. Cálculo e incidência

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INTERVALO PARA REFEIÇÃO E REPOUSO. NATUREZA. O parágrafo 4º do artigo 71 da CLT empresta ao intervalo não concedido natureza salarial e não indenizatória, porquanto prevê o pagamento de remuneração do período não usufruído, no valor da hora normal acrescido de no mínimo 50 % (cinquenta por cento), devendo ser quitado, pois, como hora extra, sofrendo, portanto a incidência da contribuição previdenciária, conforme disposto no artigo 28, I, da Lei nº 8.212/91. Recurso provido parcialmente. (TRT/SP - 01146200743202003 - RO - Ac. 8ªT [20100405988](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 14/05/2010)

Contribuição. Incidência. Acordo

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. FATO GERADOR. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. JUROS E MULTA. O pagamento do acordo constitui o fato gerador da contribuição previdenciária, não se sujeitando as parcelas salariais discriminadas à incidência de atualização monetária, juros e multa, conforme disposto nos artigos 195, I, a, da Constituição Federal e 43, parágrafo 1º, da Lei nº 8.212/91. Recurso a que se nega provimento. (TRT/SP - 02557200705702000 - RO - Ac. 8ªT [20100405996](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 14/05/2010)

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. VERBAS INDENIZATÓRIAS. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. Embora o legislador ordinário não tenha feito constar do parágrafo 9º, do citado artigo 28 da Lei 8.212/91 que o aviso prévio indenizado estaria isento de contribuição previdenciária, e, ainda, a despeito da revogação da alínea "f" do inciso V do parágrafo 9º do art. 214 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999 pelo Decreto nº 6.727, de 12 de janeiro de 2009, não se pode imprimir a tal parcela natureza salarial para efeito de incidência de contribuição previdenciária, porquanto não se trata de verba destinada à retribuição do trabalho, uma vez que não houve a prestação de serviços no pré-aviso. Logo, o aviso prévio indenizado possui nítido caráter

indenizatório, não sendo, conseqüentemente, passível de contribuição previdenciária. Recurso a que se nega provimento. (TRT/SP - 02058200707202005 - RO - Ac. 8ªT [20100406003](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 14/05/2010)

PROVA

Justa causa

JUSTA CAUSA. A justa causa, como pena máxima que autoriza a rescisão do contrato de trabalho, sem ônus para o empregador, deve ser robustamente provada, por ato do empregado que viole obrigação legal ou contratual e ser de efetiva gravidade a ponto de tornar a continuidade do vínculo de emprego indesejada ao empregador. Na hipótese, demonstrada pela reclamada o comportamento ensejador da aplicação da penalidade maior trabalhista. HORAS EXTRAS. É da reclamante o encargo de provar o fato constitutivo do seu direito a horas extras. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. Devem prevalecer as conclusões do laudo pericial produzido, na ausência de elementos suficientes para infirmá-lo. (TRT/SP - 00043200806402009 - RO - Ac. 2ªT [20100398078](#) - Rel. LUIZ CARLOS GOMES GODOI - DOE 14/05/2010)

RECURSO

Legitimidade

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. ATAQUE AO MÉRITO. NÃO-CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PROTRAÍDO. Se a r. decisão que julgou os embargos de declaração ataca seu mérito, demonstrando a não-configuração das hipóteses legalmente previstas para seu acolhimento, como erro material, contradição, omissão ou obscuridade, não pode concluir por seu não-conhecimento e conseqüentemente entender não protraído o prazo para interposição de recurso ordinário contra a decisão embargada. Agravo de Instrumento provido. II - RECURSO ORDINÁRIO. SINDICATO. AUSÊNCIA DE REGISTRO JUNTO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL DO AUTOR. Somente se registrada junto ao Ministério do Trabalho e Emprego é que a entidade sindical detém legitimidade processual, pelo que, ausente tal registro, o sindicato-réu não constitui parte legítima e, conseqüentemente, não detém o Autor interesse processual de agir, razão pela qual correta a decisão originária que extinguiu o feito sem resolução do mérito. Recurso Ordinário improvido. (TRT/SP - 01838200805602012 - AIRO - Ac. 5ªT [20100383933](#) - Rel. ANELIA LI CHUM - DOE 14/05/2010)

RESCISÃO CONTRATUAL

Efeitos

NULIDADE DO LAUDO PERICIAL. HABILITAÇÃO DO PERITO. Do ponto de vista literal, da evolução legislativa da regulamentação da matéria, do fundamento racional objetivo da norma e das circunstâncias históricas de sua elaboração, resulta a atecnia do argumento segundo o qual somente o Médico do Trabalho está habilitado para atuar em matéria de insalubridade. ANOTAÇÃO NA CTPS. INDENIZAÇÃO. Não há que se falar em pagamento de indenização se o conteúdo da instrução processual afasta a evidência de prejuízo. RESCISÃO CONTRATUAL. PEDIDO DE DEMISSÃO. Emergindo do processado o desinteresse da parte em reassumir o posto de trabalho colocado à disposição,

correto o julgado que o interpretou como intenção de rescindir o liame empregatício. SALÁRIO IN NATURA. ALIMENTAÇÃO. VALE TRANSPORTE. Considerando que a alimentação era fornecida pela ré para o trabalho, inviável o reconhecimento pleiteado. E, quanto ao vale transporte, há que se salientar o disposto no art. 458, parágrafo 2º, inciso III, da CLT. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. Devem prevalecer as conclusões do laudo pericial produzido, na ausência de elementos suficientes para infirmá-lo. HONORÁRIOS PERICIAIS. JUSTIÇA GRATUITA. O benefício da Justiça Gratuita abrange os honorários periciais, nos termos do art. 790-B, da CLT. DEPÓSITOS DE FGTS. Colacionadas as guias de recolhimento do fundo de garantia, bem assim indicada lacuna em apenas um mês, descabe a pretensão com relação à totalidade do pacto, mormente porque sequer oferecido demonstrativo para comprovar as sustentadas incorreções. Mais ainda, indevida a multa do artigo 22 da Lei n.º 8.036/1990, pois se trata de multa de natureza administrativa, não se revertendo para o empregado, mas sim para o próprio Fundo. MULTA. ARTIGOS 467 E 477, DA CLT. Inaplicáveis os artigos em comento, diante da discussão acerca da modalidade de rescisão, não havendo se falar em verbas incontroversas bem como atraso no recebimento das resilitórias. REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS EM DEMAIS VERBAS. Indevidos os títulos principais, são indevidas as verbas acessórias. MULTAS CONVENCIONAIS. Não materializado o descumprimento de cláusulas convencionais inexistente fundamento para a aplicação da sanção. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS. Inexistindo as situações autorizadoras, descabe a remessa de ofícios à CEF, INSS, DRT e Receita Federal. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. O consenso manifestado pelo Tribunal Superior do Trabalho é o de que os honorários advocatícios, nesta Justiça Especializada, somente são devidos na ocorrência, simultânea, das hipóteses de gozo do benefício da justiça gratuita e da assistência do Sindicato da categoria profissional, para os trabalhadores que vençam até o dobro do salário-mínimo ou declarem insuficiência econômica para demandar. Com ressalva de concepção diversa acata-se, por disciplina judiciária, esse posicionamento cristalizado nas Súmulas n.ºs. 219 e 329 e na Orientação Jurisprudencial n.º 305 da SBDI-1, da mais alta Corte Trabalhista. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÉPOCA PRÓPRIA. Entende-se como época própria a data em que o direito de natureza patrimonial se torna legalmente exigível em virtude do inadimplemento por parte do empregador. Assim, consoante diretriz adotada pela SBDI-1 do Órgão Superior desta Justiça do Trabalho, no caso dos salários, os índices de correção monetária a serem utilizados são aqueles referentes ao mês subsequente ao trabalhado, se ultrapassada a data-limite para pagamento prevista no artigo 459, parágrafo único, da CLT. Ressalvado ponto de vista pessoal aplica-se, por disciplina judiciária, a Súmula n.º 381, do C. TST. DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS. Incumbe ao trabalhador o ônus da contribuição previdenciária e fiscal incidente sobre o seu crédito oriundo de condenação judicial. Ao empregador cabe o desconto e o recolhimento da contribuição, calculada mês a mês, observado o limite do salário de contribuição. Quanto à contribuição fiscal, é do empregador o dever de efetuar o desconto e o recolhimento incidente sobre o valor total da condenação, relativamente às parcelas tributáveis. Aplicação da Súmula n.º 368, itens II e III, do Colendo TST. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA. por não configurarem renda e proventos de qualquer natureza, não há incidência de imposto de renda sobre juros moratórios. (TRT/SP - 02156200544102005 - RO - Ac. 2ªT [20100398086](#) - Rel. LUIZ CARLOS GOMES GODOI - DOE 14/05/2010)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Ato ilegal da administração

GARANTIA DE EMPREGO. SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA. ADMISSÃO SEM CONCURSO PÚBLICO. Todos os contratos de trabalho com a Administração Pública que não observaram a realização de concurso público deverão ser considerados nulos, o que não implica dizer que a autora não faz jus aos direitos trabalhistas decorrentes da prestação de serviço, como já debatido no recurso da ré. JUSTIÇA GRATUITA. A teor do que dispõe o artigo 1º da Lei 7.115/83, presume-se verdadeira a declaração de fls. 35, firmada pela autora, sendo tal documento suficiente para que lhe sejam deferidos os benefícios da Justiça Gratuita, a teor do que dispõe o parágrafo 3º, do artigo 790 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 10.537, de 27.07.2002, ressaltando-se que, ao firmar referida declaração, o signatário já se encontra sob as penas da lei. (TRT/SP - 00040200802502002 - RO - Ac. 2ªT [20100396199](#) - Rel. ODETTE SILVEIRA MORAES - DOE 18/05/2010)

Salário

HOSPITAL DAS CLÍNICAS - SEXTA PARTE. ART. 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA E ESTATUTÁRIO. DISTINÇÃO INEXISTENTE. A jurisprudência torrencial da Justiça do Trabalho, especialmente de sua Mais Alta Corte, é no sentido de que a expressão "servidor público", constante do art. 129 da Constituição Paulista, não tem o caráter distintivo capaz de excluir o servidor contratado pelo regime da CLT da previsão do dispositivo constitucional estadual acima mencionado. Recurso a que se dá parcial provimento. (TRT/SP - 02373200806102000 - RO - Ac. 5ªT [20100385383](#) - Rel. ANELIA LI CHUM - DOE 14/05/2010)

Sexta-parte dos vencimentos. Constituição do Estado de São Paulo. Os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista não têm direito à sexta-parte dos vencimentos prevista no art. 129 da CE. (TRT/SP - 02060200701002008 - RO - Ac. 6ªT [20100380772](#) - Rel. LUIZ EDGAR FERRAZ DE OLIVEIRA - DOE 14/05/2010)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Representação da categoria e individual. Substituição processual

CATEGORIA PROFISSIONAL DIFERENCIADA. REPRESENTATIVIDADE DAS NORMAS COLETIVAS. DIFERENÇAS SALARIAIS. Os benefícios da categoria profissional diferenciada somente são aplicáveis aos empregados pertencentes a uma determinada empresa caso esta tenha negociado diretamente, ou por meio do sindicato representativo de sua categoria profissional preponderante, com o sindicato daquela categoria diferenciada. A norma coletiva aplicável numa empresa é a do local da prestação de serviços dos empregados. Porém, além do sindicato representante da categoria profissional da atividade preponderante na empresa, poderão atuar outros sindicatos, de categorias profissionais diferenciadas, quando mais de uma convenção terá que ser cumprida. No entanto, para que isso seja possível, a empresa deve celebrar normas coletivas com o sindicato dos empregados que representam a categoria diferenciada; caso contrário estaria obrigado a cumprir Convenção ou Acordo Coletivos de Trabalho de cuja negociação não participou, violando o sistema confederativo brasileiro. Aplicam-se, ao reclamante, portanto, as normas coletivas da atividade

preponderante da empresa. (TRT/SP - 01691200644102012 - AIRO - Ac. 4ªT [20100417560](#) - Rel. IVANI CONTINI BRAMANTE - DOE 21/05/2010)

TRABALHO NOTURNO

Adicional. Cálculo

DIFERENÇAS DE ADICIONAL NOTURNO. PRORROGAÇÃO DA JORNADA NOTURNA. O artigo 73, parágrafo 5º da CLT estabelece que as disposições constantes do respectivo capítulo e que tratam da duração do trabalho, devem ser aplicadas aos casos de prorrogação da jornada noturna. Assim, se o artigo 73 da CLT, em seu caput e parágrafo 1º determina que sobre a hora noturna incide adicional de, no mínimo 20%, tal norma tem aplicação, também, em relação às horas em que o empregado trabalha em prorrogação da jornada noturna, sendo, portanto, devido o adicional quanto às horas prorrogadas. Isto porque o obreiro terá um desgaste físico e mental ainda maior na prorrogação da jornada de trabalho durante a noite. Neste sentido a Súmula nº 60, item II do C. TST. INDENIZAÇÃO ADICIONAL. A indenização adicional é devida, nos termos do o art. 9º da Lei nº 6.708/79 (e 7.238/84), quando haja rescisão do contrato de trabalho no período de 30 (trinta) dias que antecede a data da correção salarial. Portanto, sendo a data-base do reclamante 01.09.2006 e tendo sido dispensado em 03.08.2006, o seu contrato de trabalho teve o termo final, obviamente, projetado para depois da data-base da categoria, eis que o aviso-prévio indenizado é computável para efeito de pagamento da indenização adicional. Nesse sentido, a Súmula nº 182 do C. TST. Inocorrendo a hipótese prevista na lei que regulamenta a matéria, indevida é a indenização adicional. (TRT/SP - 00452200726202008 - RO - Ac. 2ªT [20100397225](#) - Rel. ODETTE SILVEIRA MORAES - DOE 14/05/2010)